



## POBREZA URBANA E SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR – MA: um olhar sobre a comunidade da Campina.

Reginaldo Rabelo Gomes<sup>1</sup>

Antonia Sueli Silva Sousa<sup>2</sup>

Juarez Soares Diniz<sup>3</sup>

**RESUMO:** Este trabalho configura um estudo sobre pobreza urbana e segregação socioespacial no município de São José de Ribamar-MA. A área de estudo localiza-se no bairro da Campina. Notou-se a presença de inúmeras ocupações desordenadas que retratam forte precariedade da sociedade local, de dispor de mecanismo como infraestrutura, necessário para uma vida digna. Em contrapartida, podem-se levar em consideração o processo econômico da cidade em estudo, onde as mesmas não dispõem de setores empregatícios para todos os seus habitantes. Neste sentido, trabalha-se com as grandes mazelas do sistema capitalista sendo grande causador da concentração de renda.

**Palavras-chave:** pobreza urbana; segregação; São José de Ribamar.

**ABSTRACT:** This paper sets up a study on urban poverty and socio-spatial segregation in São José de Ribamar-MA. The study area is located in the neighborhood of Campina. It was noted the presence of numerous occupations that depict strong disordered precariousness of local society, to have a mechanism such as infrastructure, necessary for a dignified life. On the other hand, may take into consideration the economic process in a study of the city where they do not have employment sectors for all its inhabitants. In this sense, we work with the major ills of the capitalist system and causes large concentration of income.

**Key words:** urban poverty, segregation, Sao Jose de Ribamar.

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: gomes20000@hotmail.com

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: suellymel@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: juarezsd@yahoo.com.br



## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países do continente Sul americano mais evoluído em questão de desenvolvimento econômico. Entretanto, é o país que mais apresenta desigualdade social nos grandes centros urbanos. Conforme Ribeiro apud Diniz (1999, p.20): “a raiz do processo de urbanização está no campo que se empobrece liberando população para cidade”.

Alem disso, podemos destacar a questão da segregação socioespacial que o homem vem produzindo de forma desordenada ao longo do tempo. Esta segregação espacial é pautada da forma como os centros urbanos se organizam produzindo uma forma de ocupação desigual que se expressa por meios de diferencias na qualidade de ambiente residenciais.

A ilha do maranhão vem passando por inúmeras transformações no campo da industrialização nas ultimas década, o que provocou um avanço significativo na área urbana. Os impactos gerados foram expressivos na dinâmica socioespacial de toda a região com exclusividade para o município de São Jose de Ribamar.

O município de São José de Ribamar nas últimas décadas tem sido alvo de um novo processo de urbanização desordenada, causado por especulação imobiliária e pelo procedimento de ocupações irregulares como palafitas e invasões. Nesse contexto, far-se-á uma investigação nas razões pelas quais a pobreza urbana reflete na vida da população do bairro da campina e suas consequências. O nosso alvo de estudo, o bairro da campina, como tantas outras localidades periféricas de São José de Ribamar, apresenta um tipo de vida sub-humana, em que boa parte da população para sobreviver precisa se arriscar em pequenos casebres feitos de resto de madeiras para adquirir sua moradia. Verifica-se ainda, que as condições de saneamento básico e infraestrutura de boa parte da comunidade local não correspondem com grande parte da população local.

Nesse contexto este trabalho vem a destacar a falta de infraestrutura para os moradores do bairro da Campina, onde o mesmo não disponibilizam de uma moradia digna para sua vida onde a falta de políticas publicas ainda é presente naquela comunidade.



## 2 POBREZA URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL NO MARANHÃO

Dentre os estados da região Nordeste o Maranhão foi onde se registrou o maior crescimento populacional na última década, 16,51%, de acordo com informações do último Censo Demográfico, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Apesar de registrar a quarta maior população da região, atrás apenas dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará a densidade demográfica do Maranhão ainda é considerada baixa, 19,78 habitantes por km<sup>2</sup>.

Nas últimas décadas o estado mostrou um gráfico social marcado por desigualdades, dados revelados pelas estatísticas oficiais. Desigualdades estas, expressas em baixos padrões no que se refere às condições de vida da maioria da população que aqui reside, configurando-se como um Estado marcado por contradições, dentre as quais se destacam o fato de ser possuidor de um amplo e significativo patrimônio cultural, arquitetônico, histórico e ambiental e ser classificado como um Estado detentor dos piores indicadores sociais (LIMA et al 2002)

Na concepção de Feitosa (1994), as formas de desenvolvimento econômico, tecnológico e produtivo que no Maranhão se processam em relação ao desenvolvimento capitalista na sua totalidade são mais cruéis por se darem em função dos dois níveis, o interno e o externo. O efeito destes sobre a vida da população pode ser demonstrado pelos índices sociais que colocam o Estado com os piores indicadores da região nordeste e do país.

Os municípios maranhenses na sua maioria são pobres, haja vista que a principal fonte de receita é o Fundo de Participação Municipal – FPM. A capital do Estado; o município de São Luís, ao longo das últimas décadas vem sofrendo um processo intenso de transformações socioeconômicas e ambientais que estão atreladas a uma série de fatores dentre os quais podemos citar a concentração de terras no interior do Estado que conseqüentemente, libera grandes quantidades de trabalhadores rurais para os centros urbanos. Este aglomerado de pessoas provindas de outras cidades acarreta em uma série de problemas como falta de infraestrutura que atenda às necessidades de todos.

O êxodo rural transferiu os pobres do campo para São Luís. A valorização das terras e a introdução de empresas agropecuárias e do assalariamento agrícola dissolveram as velhas estruturas camponesas fechadas. A pobreza se transformou em miséria e a miséria em migração (DINIZ, 2007, p.170), com reflexões para as outras



idades componentes de região metropolitana. A pesquisa do IBGE revela ainda que no triste ranking da pobreza extrema, o Maranhão está em primeiríssimo lugar, seguido de perto pelos estados do Piauí e Alagoas, com 21,3% e 20,3% da população total, respectivamente.

A situação de pobreza extrema que arruína o Estado do Maranhão, é caracterizada por uma ascensão dramática dos níveis de pobreza, em consequência, sobretudo, de concentração fundiária, desaceleração das atividades econômicas e dos salários urbanos além de sucessivos projetos de ajuste econômicos. Incluindo ainda o processo de migrações desordenadas, associadas a ocupações inadequadas, aumento no contingente de mão-de-obra com pouca ou nenhuma qualificação, ampliando a taxa de desemprego impulsionado pela má qualidade de vida através do mau uso do espaço urbano (LEMOS, 2003)

Em contrapartida é um Estado detentor de municípios que vem apresentado crescimento econômico elevadíssimo, pelo menos é o que demonstra a análise do PIB – Produto Interno Bruto por município. Devido a expansão do setor agrícola e instalação de novos empreendimentos, entretanto é um crescimento de forma desigual, pois quando analisado o IDH- Índice de Desenvolvimento Humanos a situação é totalmente contrária, a medida que o capital que circula na economia do estado e nos municípios não se reflete em bem estar social, ou seja fica nas mãos de uma pequena parcela e isso quando fica no território estadual.

### **3 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PARADGMA DA POBREZA**

Para se discutir a respeito de segregação espacial se faz necessário uma breve sucinta abordagem sobre o processo de urbanização na realidade brasileira para poder compreender as relações que se processam nesse campo e que foram marcadas por grandes contradições sociais trazendo como marca a pobreza as desigualdades sociais e a segregação socioespacial. De acordo com Maricato (2001) a segregação socioespacial é uma das expressões mais visíveis da exclusão urbanística.

A estrutura interna das cidades satisfaz, prioritariamente, à lógica de localização das camadas de mais superioridade financeira. Estas por sua vez procuram localizar-se em áreas com boa acessibilidade ao centro principal, fazendo com que ocorra o deslocamento progressivo dos serviços e equipamentos urbanos na





direção das áreas de mais alta renda, em consequência disto, pioram a acessibilidade das outras áreas, tornando a localização das outras classes progressivamente piores.

O fato dos melhores espaços urbanos estarem destinados a classes mais favorecidas reflete mais do que a imagem da desigualdade é a condenação da cidade como um todo a um espaço de exclusão e disparidades sociais. Consequência disto está no crescimento das favelas, às consequências socioambientais e aumento da violência urbana. Enfatiza-se ainda o problema de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos, falta de emprego, menor oportunidades de profissionalização, difícil acesso ao lazer discriminação de gênero e idade, discriminação racial, exposição à violência difícil acesso à justiça oficial.

A ascensão das desigualdades sociais bem como da pobreza urbana padronizam uma nova forma de segregação socioespacial, propagada em novos fenômenos sociais, como a violência urbana, autosegregação sob a configuração de isolamento social cada vez maior dos segmentos pobres em contrapartida a população rica também se isola, porém em espaços fortemente protegidos por entre grades e grandes muros. O quão tem sido o significado e o impacto desses fenômenos sociais na estrutura social e urbana, na sociabilidade e na coesão social, isso sem mencionar o papel dos distintos atores sociais urbanos nesse processo, tanto no sentido de minimizá-los, quanto no de enfrentá-los, situando o Estado e as políticas públicas no centro do debate (CALDEIRA, 1978).

#### **4 CARACTERIZAÇÃO DA POBEZA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**

A escolha metodológica utilizada para a prática deste trabalho esta pautada no método dedutivo com respaldo na fenomenologia, a partir de uma explanação quantitativa dos resultados obtidos.

O método dedutivo subsidiará os trabalhos de gabinete, na qual englobam, levantamento e revisão do referencial teórico, interpretação, análise dos dados, informações e elaboração do texto.

O método fenomenológico, segundo Coltro (2000,p.38) caracteriza-se pela ênfase ao “mundo da vida cotidiana” um retorno à totalidade do mundo vivido. O método fenomenológico compreende-se como ferramenta cognitiva para a percepção do ambiental da comunidade local e correlacioná-los com os fenômenos humanos,



visando decifrar a temática em sua essência, ou seja, baseando na interpretação dos fenômenos e na vivência com o meio em análise.

A abordagem quanti-qualitativa dos dados acontece na codificação das informações obtidas através dos formulários de pesquisa, produzindo dados percentuais presentes nas tabelas e gráficos. Logo deseja-se obter um resultado adequado do processo de segregação socioespacial e pobreza urbana vivenciado em São José de Ribamar.

O município de São José de Ribamar, está situado na mesorregião norte do Maranhense, esta localizado a 28 km de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Segundo o IBGE de 2010, São José de Ribamar possui uma população de aproximadamente 159.000 habitantes.

Localizado na Microrregião da aglomeração de São Luís e a Leste da Ilha do Maranhão, o Município de São José de Ribamar apresenta coordenada de 44° 03' 15" de Longitude Oeste e 2° 33' 43" de Latitude Sul, de acordo com o IBGE (2010), possui uma área territorial de 386 km<sup>2</sup>. Limita-se com o Município de Paço do Lumiar ao Norte, com a baía de São José ao Sul, com o Oceano Atlântico ao Leste e com a Capital do Maranhão, São Luís ao Oeste.

A partir de uma visita ao bairro da Campina, observamos uma situação de abandono por falta de políticas públicas. Verificou-se uma forte presença de desigualdade social na comunidade da Campina, onde podemos notar, visivelmente, a ausência do Interesse do poder público. As condições de habitação onde vive boa parte da comunidade são alarmantes no que tange o requisito de infraestrutura digna. Grande parte da população de baixa renda reside em aglomerados feitos de taipas cobertas por telhas brasilites, construções precárias desprovidas de abastecimentos de água potável de qualidade e em condições de risco sanitários, visto que não há saneamento básico.

Do ponto de vista ambiental, essas áreas ocupadas são frágeis por proporcionar disseminação de doenças endêmicas tais como diarreia, meningite, infecções de pele além de intoxicação alimentar. Outro agravante observado nessas condições de vida é a violência. Por falta de perspectiva de renda e trabalho, jovens são aliciados a recorrerem ao tráfico e envolvimento com o mundo das drogas, o que por fim geram a violência e insegurança ao demais moradores que temem pela vida de suas famílias. É preciso uma ação conjunto do poder público para buscar alternativas que superem a degradação social e segregação sócio-espacial dos dominados. Logo,



é preciso que o poder público junto com a justiça interfira nessa situação a fim de evitar que se perpetue um urbanismo de risco gerado pelo sistema capitalista.

## 5 CONCLUSÃO

O Estado do Maranhão, historicamente, desencadeia um grave quadro social em todos os seus municípios em função da forma peculiar de desenvolvimento socio-político implantado no Estado. A concentração de renda, segregação socioespacial e a pobreza extremam só ascende, onde a maioria da população é impelida a uma sobrevivência situada nos limites e até abaixo da indigência. Lembrando que são os dados oficiais que dão conta desta situação e expressam a ausência de alterações substanciais no padrão de vida da população maranhense nas últimas décadas.

Os estudos apresentados no bairro Campina expressa só uma das muitas realidades de pobreza apresentadas no Maranhão a partir de diferentes olhares desses moradores que buscam formas de enfrentamento da pobreza e esperam incansavelmente a implementação de políticas públicas, seja por parte do Estado ou pelo poder público municipal, sem contudo esgotar a “esperança utópica” de viver futuramente em uma sociedade mais humana e mais justa, onde pobre não tenha que viver em condições desumanas.

## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, José de Ribamar. **Estabilidade social e crise política, o caso do Maranhão**. In: Revista brasileira de estudos políticos, [S.l.], n. 46, jan. 1978.

COLTRO, Alex. A fenomenologia: um enfoque metodológico para além da modernidade. Cadernos de Pesquisa em administração. São Paulo, V.1, n.11, Jan./Fev./Mar.2000.

DINIZ, Juarez Soares. **A Dinâmica do processo de segregação sócioespacial em São Luís (MA)**. O caso da Vila Cascavel. Dissertação apresentada ao Departamento de Políticas Públicas da UFMA, para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas, 1999.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **O processo socioeconômico do Maranhão: história e desenvolvimento**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 1994.



IBGE: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico.** Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

LEMOS José de Jesus Sousa, **Pobreza e exclusão social no Brasil em 2003.** São Luis, 2003 (digitado).

LIMA, Terezinha Moreira et al (coord.). **Mapa do trabalho infantil no Maranhão, construção dos indicadores sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil.** São Luis: FORUMMA, 2002.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** São Paulo: EDUSP, 2009.p.45.

\_\_\_\_\_. As Condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista:** São Luis, v. 5, n.1, julho 2007.p. 170-174.